



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 35/XI/1.ª

Aos dezanove dias do mês de Maio de dois mil e dez, pelas dez horas e dez minutos, reuniu, na Sala 7 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

10 horas

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 204/XI/1.ª (BE) “Cria os Gabinetes Jurídicos e reforça os mecanismos de acesso ao Direito nas Zonas Internacionais”
Relator - Deputado António Gameiro (PS);**
- 4. Apreciação e votação do parecer sobre a iniciativa europeia COM(2010)95 - PROPOSTA DE DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO RELATIVA À PREVENÇÃO E LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E À PROTECÇÃO DAS VÍTIMAS E QUE REVOGA A DECISÃO-QUADRO 2002/629/JAI - Relator - Deputado Fernando Negrão (PSD);**
- 5. Outros assuntos.**

11:30 horas

Audição do Ministro da Presidência ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR.

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP), atenta a ausência do Senhor Presidente, Deputado Osvaldo de Castro (PS), em representação da Comissão, na reunião de Presidentes de Comissões de Justiça e Assuntos Internos dos Parlamentos Nacionais da UE, em Madrid, por ocasião da Presidência Espanhola da UE.

Em primeiro lugar, procedeu-se à distribuição do PJI n.º 264/XI/1.ª (CDS/PP) “*Segunda alteração à Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto (Lei de Arbitragem Voluntária)*”, de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS).

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Iniciativas europeias	Relator nomeado
COM(2010)213 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Plano de Acção relativo a menores não acompanhados (2010 – 2014) (http://www.ipex.eu/ipex/cms/home/Documents/doc_COM20100213FIN) e SEC(2010)534 - Commission staff working document: Annexes accompanying the communication from the Commission to the European Parliament and the Council: Action Plan on Unaccompanied Minors (2010 - 2014) (http://www.ipex.eu/ipex/cms/home/Documents/doc_SEC20100534FIN)	Dep. Maria do Rosário Carneiro (PS)
COM(2010)214 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Primeiro relatório anual sobre a imigração e o asilo (2009) (http://www.ipex.eu/ipex/cms/home/Documents/doc_COM20100214FIN) e SEC(2010)535 - Commission staff working paper: First Annual Report on Immigration and Asylum (2009) accompanying the Report from the Commission to the European Parliament and the Council First Annual Report on Immigration and Asylum (2009) (http://www.ipex.eu/ipex/cms/home/Documents/doc_SEC20100535FIN).	Dep. Celeste Correia (PS)
COM(2010)221 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SCHENGEN DE SEGUNDA GERAÇÃO (SIS II) - Relatório intercalar (Julho de 2009 – Dezembro de 2009) (http://www.ipex.eu/ipex/cms/home/Documents/doc_COM20100221FIN)	Dep. Nuno Magalhães (CDS/PP)

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado António Gameiro (PS) fez a apresentação do seu parecer sobre o Projecto de Lei n.º 204/XI/1.^a (BE) “*Cria os Gabinetes Jurídicos e reforça os mecanismos de acesso ao Direito nas Zonas Internacionais*”.

Os Senhores Deputados Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP), Carlos Peixoto (PSD), António Filipe (PCP) e o Relator intervieram no debate que se seguiu a esta apresentação, tendo comentado algumas das soluções normativas da iniciativa, designadamente o facto de existir já uma rede de Gabinetes de Consulta Jurídica em Portugal (na maioria dos casos gratuita), prevista na Lei de Acesso ao Direito, que tinha vindo a ser desactivada e questionando o modo de articulação desta com os Gabinetes cuja criação a iniciativa propunha; recordando que o Conselho Português para os Refugiados era a entidade que hoje prestava este serviço de assistência judiciária; que o Regulamento 562/06 da UE previa a inexistência de efeito suspensivo das decisões nesta matéria; que existia já um Protocolo com a Ordem dos Advogados e o Governo para uma rede de Gabinetes Jurídicos susceptível de dar resposta às preocupações dos autores da iniciativa.

Submetidas a votação as Partes I e III do parecer, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

O Senhor Deputado Miguel Vale Almeida (PS) apresentou então o seu relatório sobre a INICIATIVA COM(2010)119 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à iniciativa de cidadania e SEC(2010)370 COMMISSION STAFF WORKING DOCUMENT: OUTCOME OF THE PUBLIC CONSULTATION ON THE GREEN PAPER ON A EUROPEAN CITIZENS' INITIATIVE, o qual, após a discussão a seguir sintetizada, foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD e CDS/PP e contra do PCP, na ausência do BE e do PEV.

O Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) felicitou o Relator pela qualidade do relatório elaborado sobre um tema da maior importância para a democracia europeia e questionou o relator sobre a eventual existência de objecções de Estados Membros da UE à iniciativa. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) felicitou o Relator pelo trabalho produzido, de grande qualidade, mas anunciou que não o votaria favoravelmente por discordar da conclusão 1.ª, que admitia que a iniciativa apresentava soluções justas, uma vez que não considerava justo que a iniciativa europeia de cidadãos não possa ser subscrita por cidadãos de apenas um Estado Membro, em questões específicas e que o número de assinaturas exigido fosse demasiado elevado, não contribuindo para fomentar a participação dos cidadãos europeus.

O Relator replicou reconhecer algumas das objecções formuladas, mas assinalou que o seu ponto de vista fora o de a iniciativa vir colmatar uma falha no ordenamento comum europeu e o pressuposto de o exercício da iniciativa europeia ter como objecto questões europeias e não especificamente nacionais.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) apresentou o seu parecer sobre a iniciativa europeia COM(2010)95 - PROPOSTA DE DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO RELATIVA À PREVENÇÃO E LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E À PROTECÇÃO DAS VÍTIMAS E QUE REVOGA A DECISÃO-QUADRO 2002/629/JAI, tendo sido felicitado pela qualidade do seu relatório, cujo parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

Suspensa pelas 10h45, a reunião foi retomada às 11h30, sob a presidência do Vice - Presidente da Comissão, Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP), para a audição do Senhor Ministro da Presidência ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR, que vinha acompanhado pela



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Senhora Secretária de Estado da Igualdade, Dra. Elza Pais, e pela Senhora Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dra. Rosário Farmhouse.

O Senhor Ministro da Presidência começou por fazer uma intervenção inicial, após o que intervieram, para fazer perguntas, os Senhores Deputados Jorge Bacelar Gouveia (PSD), Maria Manuela Augusto (PS), Teresa Caeiro (CDS/PP), Manuel Tiago (PCP) e Cecília Honório (BE).

O Senhor Ministro respondeu às questões colocadas e, numa segunda ronda, intervieram ainda as Senhoras Deputadas Francisca Almeida (PSD), Teresa Caeiro (CDS/PP) e Maria Manuela Augusto (PS) e o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), tendo o Senhor Ministro igualmente respondido.

A audição foi gravada em áudio e vídeo, tendo sido transmitida pelo Canal Parlamento, devendo, depois de transcrita, ser anexa à presente acta, dela passando a fazer parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às catorze horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Nuno Magalhães)

Nota: Aprovada em 02-06-2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
António Montalvão Machado
Carlos Peixoto
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Oneto
Jorge Bacelar Gouveia
Luís Pita Ameixa
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Miguel Vale Almeida
Nuno Magalhães
Teresa Morais
Cecília Honório
Marques Júnior
Miguel Tiago
Teresa Caeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Helena Pinto
José Luís Ferreira
Luís Montenegro
Oswaldo de Castro
Ricardo Rodrigues